

Nota do Editor

Temos a satisfação de apresentar mais um número da Revista Controle e, em especial, partilhar a alegria com os muitos autores e leitores, em âmbito nacional e internacional, pois completaram-se dez anos de publicações do periódico com o formato técnico e científico, reunindo-se temáticas inerentes e atuais da administração pública, das finanças públicas, do direito administrativo, do direito financeiro e de áreas afins, a partir de um esforço ininterrupto quanto à relevância e qualidade dos artigos publicados a cada edição. Esta edição reúne outra vez importantes reflexões.

O primeiro estudo deste exemplar, intitulado “O impacto do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no crescimento dos municípios: uma aplicação de painel dinâmico”, dos Professores Jacqueline Nogueira Cambota e Luiz Fernando Gonçalves Viana, estima modelos de crescimento para os municípios na área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste com o fito de verificar se a política possui efeito para o crescimento desses municípios. Os resultados sugeriram convergência absoluta e condicional do PIB per capita dos municípios na área de atuação do FNE. A partir do modelo que mostrou a maior contribuição da política para o crescimento dos municípios e, portanto, para a redução das desigualdades regionais, apontou-se que os municípios mais ricos são os maiores demandantes dos financiamentos, o que pode ocasionar também um aumento nas desigualdades intrarregionais.

Na sequência, o Professor Roberto Sérgio do Nascimento apresenta, com Dênis Andrade de Sá, Edson da Silva França e Ricardo Viotto, um interessante trabalho, com o título “Análise comparativa do nível de qualidade da governança pública a partir dos recursos da tecnologia da informação e da comunicação (TIC)”, realizado em determinado grupo de entes do Governo Federal para avaliar o seu nível de governança com base nas TIC, e

tomando como pressuposto o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A pesquisa envolveu, especificamente, instituições federais sediadas no estado do Ceará, com maior execução orçamentária, observando-se uma tendência de resultado mais favorável aos órgãos da administração direta, quando comparados aos da administração indireta.

Em seguida, é apresentado um artigo do Professor Felipe Lacerda Diniz Leroy em parceria com Walter Horta Motta Filho e Marcella Shinkawa, denominado “Índice Mineiro de Responsabilidade Social e gasto público: uma análise da eficiência na alocação de recursos públicos nos municípios de Minas Gerais”. O seu objetivo foi avaliar, por meio do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), se os municípios mineiros são eficientes na transformação de recursos públicos em melhoria de bem-estar para a população. Tal análise foi realizada pela mensuração da influência dos gastos com saúde, educação, transporte, saneamento, cultura e urbanismo no IMRS dos municípios, dado que, quanto maior o índice, melhor a gestão do município em transformar recursos em bem-estar para a população. Os resultados explicaram, em sua maior parte, por meio de variáveis regionais utilizadas, se os municípios eram eficientes ou não em transformar aumento de recursos em melhoria de bem-estar.

A Revista recepciona, também, um artigo relevante dos Professores Cleonice Witt e Carlos Otávio Senff – em companhia de Alana Albuquerque Hudzinski – sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com o propósito de relacionar o nível de dependência do FPM com a qualidade dos gastos municipais e das políticas públicas, além de determinar o nível de dependência municipal dos recursos oriundos do FPM; apresentar a qualidade dos gastos municipais e das políticas públicas, segundo o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM); e demonstrar a possível relação entre o nível de dependência do FPM e a qualidade dos gastos e das políticas públicas. Os achados comprovaram que, quanto maior é a dependência do FPM, menor é o Produto Interno Bruto (PIB), a população e o IEGM. Portanto, nos municípios menores – nos quais a arrecadação é menor –,

o valor do FPM tem grande representatividade no valor total das receitas desses entes.

Há muito mais artigos relevantes e dignos de menção nesta edição, apenas a restrição de espaço nos restringe a comentar apenas alguns, mas se destacam reflexões sobre controles interno e externo; combate à corrupção; finanças públicas; políticas públicas; fiscalização dos regimes próprios de previdência social; organizações sociais; termo de ajustamento de gestão; dentre outros.

Agradecemos, desde já, a todos os autores pela difusão de seus trabalhos científicos, essenciais à discussão de novas ideias e atualização de conhecimentos. Desejamos, por fim, uma proveitosa leitura a todo o público interessado.

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima
Editor-Chefe da Revista Controle
pontes.lima@uol.com.br